

Instituições de planejamento e de desenvolvimento de Minas Gerais: 55 anos do BDMG, 50 anos do Cedeplar

De João Antonio de Paula

Belo Horizonte: 2 Linhas, 2017. 226p.

A louvável iniciativa de encomendar uma reflexão abrangente, contextualizada e profunda sobre duas importantes instituições mineiras/brasileiras (BDMG e Cedeplar/UFMG) resultou em uma importantíssima obra que não apenas avança o conhecimento sobre o específico e complexo processo de desenvolvimento em Minas Gerais, mas também ajuda a iluminar importantes facetas da escala nacional em perspectiva histórica, além de dialogar com as reflexões acerca da problemática do atraso estrutural e do desenvolvimento em sentido mais geral.

São duas instituições mineiras (ou três, caso se separe o papel distinto da Face – Faculdade de Ciências Econômicas) com histórias interpenetradas e inseparáveis, em longa trajetória de compartilhamentos e influências mútuas.

A ideia de realizar uma pesquisa histórica de grande alcance, devidamente mediada e atravessada pelas conjunturas mineira e brasileira, concretizou-se em uma tarefa que não poderia ter tido melhor incumbência do que a escolha ter recaído em um dos maiores intelectuais deste país, o professor João Antonio de Paula, coparticipante desses processos, sócio e colaborador do Centro Celso Furtado. Nesse livro ele demonstra, de forma totalmente articulada, como sempre, sua enorme erudição teórica, histórica e capacidade de pesquisa documental. O duplo movimento entre as conexões e os inter-rebatimentos na academia e na administração pública dessas duas (três) ins-

¹ Professor titular do IPPUR/UF RJ.



tituições indutoras do desenvolvimento mineiro, em suas mais diversas dimensões, foi magnificamente esquadrihado e deslindado pelo professor.

Temos em mãos uma obra que formula uma rica periodização do processo de desenvolvimento mineiro, segundo evolutivos ciclos que partem da precoce conscientização do atraso e demonstram as circunstâncias em que foi sendo armado um estratégico e pactuado consenso desenvolvimentista. Destaca-se um período de 1945 a 1964, que teve importantes iniciativas institucionais, com a criação de vários planos e programas, distinguindo-se momentos decisivos, como a elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947) e a implantação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (1952).

São narrados então os contextos de criação e atuação do BDMG, o papel da Face depois de 1968, até a criação do Cedeplar e a articulação entre essas instituições.

São destacadas a fundação do BDMG, em 1962, e do Cedeplar, em 1967, no bojo do processo desenvolvimentista e da tomada de consciência da posição de atraso relativo de Minas Gerais no concerto da divisão inter-regional do trabalho comandada pela economia paulista e a necessidade da tomada estratégica de decisões que pudessem “acelerar o passo” e o ritmo do desenvolvimento e combater de frente as inúmeras expressões de desigualdades existentes no território mineiro.

Uma lição crucial do livro é demonstrar que a exposição minuciosa das trajetórias da agência de financiamento e do centro de investigação do processo de desenvolvimento de Minas também ajuda a pensar o Brasil, dada a semelhança das estruturas produtivas, regionais, sociais, suas especializações, suas heterogeneidades e suas peculiares *naturezas periféricas de inserção* em suas respectivas escalas espaciais maiores (nacional e mundial).

Os complexos processos de industrialização e urbanização que acompanharam o desenrolar do heterogêneo mosaico mineiro, marcado por extremada especialização e falta de diversificação produtiva, exigia um ousado e bem concertado projeto de desenvolvimento, com a clara eleição de alternativas, a partir de estudos e diagnósticos mais profundos e detalhados e propostas mais concretas de ação.

Cabe lembrar que a evolução dos esforços estatais de intervenção e a elaboração de estratégias e políticas públicas foram amparadas por reflexões teórico-metodológicas segundo uma abordagem crítica da realidade atrasada periférica. O papel do poder público para enfrentar as mazelas do subdesenvolvimento é demonstrada cabalmente na obra.

O livro relata os processos, as personagens e os acontecimentos em que esteve envolvido um enorme número de funcionários e dirigentes do BDMG que foram formados nas salas de aula, nos corredores da Face/Cedeplar, na rua Curitiba, no Tirol, e em outros espaços férteis. A dinâmica histórica da formação de quadros e da elaboração de estratégias de desenvolvimento, segundo uma perspectiva heterodoxa, foi um desafio que sempre envolveu tensionamentos cíclicos constantes, mas fundamental para o amadurecimento e o desempenho destas instituições.

Contou-se com quadros de alta qualificação técnica e política, como os mobilizados no BDMG e o Cedeplar, enquanto instituições que buscaram o conhecimento estruturado do “mundo mineiro”, sempre atentas às heterogeneidades estruturais e às diversas justaposições das desigualdades sociais e econômicas inter e intrarregionais do território mineiro.

Uma passagem magnífica do livro é quando o autor discute como foi engendrada a partir da ditadura uma ideologia narrativa que estabelece relações espúrias de causalidade que identifica o período de implementação de políticas econômicas de orientação conservadora e neoclássica com momentos bem-sucedidos de boas práticas macroeconômicas e de crescimento.

O atual diretor-presidente do BDMG e professor do Cedeplar, Marco Crocco, ressaltando a rica convivência entre essas duas instituições, constata a existência de “uma história tensa e produtiva, que expressa a unidade de propósitos, mesmo em meio às mais diferentes conjunturas. Com mandatos distintos, no limite complementares, a universidade e o banco fazem conviver em suas trajetórias o que têm de melhor” [...] “Se há uma interação, há uma autonomia e respeito pela natureza específica do outro, um pacto de preservação de identidade”, com estímulo à pluralidade.

Marco Crocco, demonstrando sua aproximação com o pensamento crítico latino-americano, afirma que “o desenvolvimento não é uma estação a que se chega ao fim de uma trilha traçada a régua e compasso, mas uma espécie de impulso ético, que se alimenta de elementos que vão da vida material às conquistas do espírito”.

João Antonio realiza aqui primorosa contextualização dos debates sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e planejamento, desde a abordagem dos autores do *mainstream*, passando pelas contribuições originais do patrimônio científico latino-americano de Furtado, Prebisch e Pinto, até desembocar nas interpretações específicas da burocracia mineira.

A criação dos programas de pós-graduação em economia nos anos 1960 no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte se deu em momento muito peculiar e constrangedor a propostas mais heterodoxas e desenvolvimentistas. O Cedeplar soube conciliar o ensino do pensamento neoclássico com a perspectiva cepalina e desenvolvimentista, em um programa plural de formação intelectual. A formação original de seu quadro pioneiro de professores se deu em circunstâncias de autoformação e autodidatismo que lembram a história da chamada Escola de Campinas, onde alguns de seus professores da segunda geração foram realizar seus doutorados.

Essa autoformação se deu a partir de seminários internos de seus professores recém-doutorados no exterior, com a vinda de especialistas estrangeiros, como Nicholas Georgescu-Roegen e Walter B. Sthör. Também logrou-se produzir avanços teóricos com atenção às especificidades da economia e sociedade brasileiras. No relato são lembradas as influências do pensamento de Celso Furtado, Chico de Oliveira, Paul Singer e Maria da Conceição Tavares nos cursos, pesquisas e debates do Cedeplar.

Em 1968, Paulo Roberto Haddad assumiu a coordenação dos primeiros momentos de funcionamento do Cedeplar e teve relevante papel, tanto na estruturação do curso quanto no diálogo com o desenvolvimentismo mineiro. O debate sobre desenvolvimento e sua dimensão regional ganhou um centro de excelência para essa reflexão. A incorporação da temática da dinâmica populacional viria se juntar e se articular com essas problemáticas, a partir da chegada do exterior do recém-doutor José Alberto Magno de Carvalho, que se tornaria uma das principais lideranças da instituição. Outro personagem coparticipante ativo, também sócio do Centro Celso Furtado, o professor Clélio Campolina Diniz, está presente nessa história, pela sua liderança política e científica e sua destacada abordagem das especificidades da economia mineira, marcada pela ação do Estado e do capital estrangeiro, a partir de sua dissertação defendida na Unicamp.

O centro atuou como formador de recursos humanos capacitados e como núcleo de pesquisa aplicada ao desenvolvimento, destacando-se no contexto de modernização econômica e administrativa mineira, como por exemplo, no processo de realização dos Diagnósticos da Economia Mineira de 1969, 1989 e 2002.

O Cedeplar se fortaleceu como o ambiente do debate sobre espaço e população como dimensões constitutivas dos processos socioeconômicos e a orientação por auto-

res clássicos do pensamento que não deixam “escapar as variadas dimensões da vida social, como a ação estatal, as relações entre as classes sociais. A mobilização dos aspectos relevantes da vida social significa, de fato, superar as perspectivas reducionistas e a valorização da interdisciplinaridade” (p. 205).

Por sua vez, o BDMG, como é magistralmente demonstrado no livro, se afirma como “instituição típica de uma época, de um *ethos*, marcado pela ideologia do desenvolvimentismo, que englobou o poder público, o ensino, a pesquisa, os meios de comunicação, as forças sociais e políticas do país. No caso do BDMG, suas referências constitutivas na longa tradição da presença do Estado em atividades econômicas, que se traduziu numa expressiva rede de instituições de pesquisa e planejamento” (p. 215). O papel do BDMG não ficou restrito ao financiamento, mas atuou como centro de pensamento e formulação estratégica.

Houve a “interpolinização” entre as duas instituições, com o compartilhamento frequente de quadros da vida acadêmica comprometida e do dia a dia da alta administração pública estadual, em um processo de interação que manteve respeito às particularidades da natureza de cada um dos respectivos espaços institucionais. O fato é que a mobilidade e a circulação de pessoas, ideias e ideais geraram uma fertilização recíproca constante entre Cedeplar e BDMG.

Do meu ponto de vista, a história mineira ainda mantém importantes enigmas que requerem desvendamento, como a necessidade de tentar entender como, depois de tantas rodadas de neoliberalização em Minas e no Brasil, essa unidade da federação conseguiu a proeza de manter suas instituições desenvolvimentistas estaduais, tais como o BDMG, o Indi (Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais), a Fundação João Pinheiro, entre muitas outras, algumas pioneiras no Brasil. E, mais surpreendente ainda, criou outras instituições desenvolvimentistas no período mais recente, como a Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais).

No momento, demonstrando o compromisso intelectual e político do Cedeplar, dois destacados professores de seus quadros prestam relevantes serviços ao desenvolvimento mineiro: Roberto do Nascimento Rodrigues, como presidente da Fundação João Pinheiro, e Marco Aurélio Crocco Afonso, como diretor-presidente do BDMG.

Este último afirma, em síntese magnífica, que o livro expressa um período de lutas pela realização de um projeto de desenvolvimento que era orientado por condutas

de dignidade e respeito: “Uma história de gente, saber e política, quando gente, saber e política eram valores que sustentavam a honra pessoal e a ação na vida pública [...]”.

Interessante recordar esses momentos, no passado, da ação incisiva de economistas que não atuavam, como muitos hoje, apenas para repetir a irrefutável necessidade de cortes, ajustes, austeridades e autofagia neoliberais, mas buscavam formular e pôr em operação soluções para os problemas concretos e estruturais das pessoas e regiões reais-concretas e da economia e sociedade brasileiras.